

GESTÃO EM FOCO



GESTÃO DA INFRAESTRUTURA: ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

UNIDADE 4: Ações de Educação
Alimentar e Nutricional



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO



GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ

Carlos Alberto Richa

SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Ana Seres Trento Comin

DIRETOR GERAL

Edmundo Rodrigues da Veiga Neto

SUPERINTENTE DE EDUCAÇÃO (SUED)

Ines Carnieletto

**CHEFE DO DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS E TECNOLOGIAS
EDUCACIONAIS (DPTE)**

Eziquiel Menta

COORDENADORA DE EAD E *WEB* (CEAD *WEB*)

Monica Bernardes de Castro Schreiber

**CHEFE DO INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO
EDUCACIONAL (FUNDEPAR)**

Sergio Brun

DIRETORA TÉCNICA

Maria Terezinha Ritzmann

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO (DNA)

Noemi Beatriz Grünhagen

PRODUÇÃO DE CONTEÚDO E DESIGN PEDAGÓGICO

Andréa Bruginski
Angelita Avi Pugliesi
Deborah Cristina Gomes
Eliane Teruel Carmona
Fernanda Brzezinski da Cunha
Lucimar Sebben Brun
Márcia Cristina Stolarski
Maria Isabel Gomes da Silva
Mônica Aparecida de Macedo Golba
Ninon Rose Mayer Godoy
Sérgio Luiz Speranceta
Stela de Oliveira

Coordenação de Educação a Distância
e *Web* (CEAD *Web*)

Ana Caroline de Lazzari de Oliveira
Cristiane Rodrigues de Jesus
Marileusa Araújo Siqueira

REVISÃO TEXTUAL

Coordenação de Educação a Distância e *Web*
(CEAD *Web*)

Helen Jossania Goltz da Paixão
Tatiane Valéria Rogério de Carvalho

LEITURA CRÍTICA E SUGESTÕES

Andrey Migliorini (Diretor do Centro Estadual de
Educação Profissional de Curitiba)
Elisa Stüpp de Marchi (CEAD *Web*)
Eziquiel Menta (DPTE)
Michely Torquato Busatta (Pedagoga do NRE/AMS)
Monica Bernardes de Castro Schreiber (CEAD *Web*)
Vera Lúcia Ferreira Pinto (Diretora do Centro
Estadual de Educação Profissional Newton Freire
Maia)

COLABORAÇÃO

Kelen Tonetti (Núcleo Regional de Educação Área
Metropolitana – Sul)

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Coordenação de Produção Multimídia (CPM)
Carina Skura Ribeiro
Fernanda Serrer
Joise Lilian do Nascimento

ILUSTRAÇÕES

Coordenação de Produção Multimídia (CPM)
Edney Ricardo Cavichioli
Jocelin José Vianna da Silva
Leandro Alves de Almeida
Will Stopinski

2018

Atualizado



Este trabalho está licenciado com uma Licença

Creative Commons - Atribuição - NãoComercial - Compartilha - Igual 4.0 Internacional.

GESTÃO EM FOCO



MÓDULO 2: GESTÃO DA INFRAESTRUTURA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Este módulo tem como objetivos apresentar os fundamentos, os requisitos e as ações para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar, e contribuir com os diretores escolares na gestão e promoção da alimentação escolar saudável. Ele é composto de quatro unidades:

Unidade 1

Conhecendo os Requisitos e Critérios para Aquisição da Alimentação Escolar

Objetivo:

Conhecer e aplicar as diretrizes nutricionais e administrativas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), as modalidades de aquisição, os sistemas de logística de distribuição e o controle de qualidade dos alimentos disponibilizados às escolas no estado do Paraná.

Unidade 2

Cuidados no Recebimento e Armazenamento dos Alimentos na Escola

Objetivo:

Conhecer e orientar os procedimentos relacionados ao recebimento e armazenamento dos alimentos na escola, provenientes do Programa Estadual de Alimentação Escolar (PEAE).

Unidade 3

Planejamento, Preparo e Consumo de Alimentos

Objetivo:

Reconhecer a importância do planejamento de consumo dos alimentos, a escolha correta das pautas e a elaboração dos cardápios, bem como o manejo e descarte de resíduos.

Unidade 4

Ações de Educação Alimentar e Nutricional

Objetivo:

Conhecer as ações de Educação Alimentar e Nutricional desenvolvidas no estado do Paraná e desenvolver estratégias para executar esses projetos no ambiente escolar.

SUMÁRIO

1 ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E A EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA ESCOLA.....	9
2 HORTA ESCOLAR E ESTÍMULO À FORMAÇÃO CONTINUADA.....	12
3 MONITORAMENTO NUTRICIONAL: AVALIAÇÃO ANTROPOMÉTRICA E AS NECESSIDADES ESPECIAIS DOS ALUNOS	15
3.1 AVALIAÇÃO ANTROPOMÉTRICA: COLETAR DADOS PARA PROJETAR AÇÕES.....	16
3.2 NECESSIDADES ALIMENTARES ESPECIAIS (NAE) DOS ALUNOS.....	19
4 CANTINAS COMERCIAIS	20
5 SÍNTESE DA UNIDADE	22
6 REFERÊNCIAS CONSULTADAS	23

UNIDADE 4 AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Prezada direção,

Na unidade 1 foram apresentadas as diretrizes nutricionais e administrativas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), as modalidades de aquisição de alimentos, os grupos de alimentos apropriados ao consumo e os controles e garantias de qualidade dos alimentos disponibilizados às escolas. Com um histórico de mais de seis décadas, o PNAE representa um dos maiores programas de alimentação e nutrição do mundo.

Nesta última unidade, será discutido como executar os projetos de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) desenvolvidos no estado do Paraná por meio dos seguintes temas:

- Alimentação adequada e a Educação Alimentar e Nutricional na escola.
- Horta escolar e estímulo à formação continuada.
- Monitoramento nutricional: avaliação antropométrica e as necessidades alimentares especiais dos alunos.
- Cantinas comerciais.

Ao final desta unidade, espera-se que a direção (diretor e diretor auxiliar) reconheça a escola como um espaço propício à formação de hábitos saudáveis e à construção da cidadania; e que possa refletir acerca das possibilidades educacionais no processo de ensino e aprendizagem e no desenvolvimento das ações de Educação Alimentar e Nutricional no ambiente escolar.



1 ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E A EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA ESCOLA

A alimentação adequada e saudável é um direito humano básico e reconhecido pela Constituição Federal Brasileira (LEÃO, 2013). É a garantia ao acesso permanente e regular a alimentos produzidos de forma socialmente justa, ambientalmente sustentável e livre de contaminantes físicos, químicos, biológicos e de organismos geneticamente modificados, devendo ser adequada aos aspectos biológicos e às necessidades alimentares especiais dos indivíduos. (BRASIL, 2015).

Observa-se que distúrbios alimentares como o sobrepeso e a obesidade têm aumentado de forma alarmante no Brasil nos últimos anos. Esses distúrbios se caracterizam como problemas de nível nacional, pois afetam todas as regiões do país, sendo mais grave entre a população de menor renda e de baixa escolaridade. “Enfrentar essa situação exige atuação conjunta dos diferentes níveis de governo, por meio de ações intersetoriais e participação social, para promover a alimentação adequada e saudável e atividade física no ambiente que vivemos” (BRASIL, 2014c, p. 11).

A criança e o adolescente obesos enfrentam em seu cotidiano baixa qualidade de vida, aumento de doenças e dificuldades de relacionamento com seus familiares e com a sociedade de maneira geral.

Segundo Guedes (2015), o sobrepeso e a obesidade são problemas cada vez mais presentes na vida de muitas crianças e adolescentes. Esta é uma situação alarmante na área de saúde pública, pois:

- o excesso de peso em crianças e adolescentes aumenta o risco de serem adultos com sobrepeso ou obesos;
- a obesidade está associada ao aparecimento e ao desenvolvimento de fatores de risco que podem predispor a maior incidência de distúrbios metabólicos e funcionais;
- o sobrepeso resulta de comportamentos e hábitos inadequados quanto à alimentação e à prática de atividade física e exercício físico incorporados na infância e na adolescência, de difícil modificação em idades futuras;
- a obesidade e o sobrepeso têm aumentado em todo o mundo em proporções significativas nas últimas décadas.

Outro grande desafio é a erradicação da fome no Brasil e no mundo. Felizmente, de acordo com o Mapa Mundial da Fome elaborado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), o Brasil, em 2014, através de diferentes medidas e políticas públicas,



Acesse:

Acesse o infográfico “Mapa Mundial da Fome 2013”, disponível em:

<http://goo.gl/evBK1A>



Confira também o “Guia Alimentar para a População Brasileira”, disponível em:

<http://goo.gl/a04R5B>



Para mais informações sobre alimentação saudável, consulte o “*The Nutrition Source, Department of Nutrition, Harvard T.H. Chan School of Public Health*”, disponível no endereço eletrônico:

<http://goo.gl/2AzCtW>



E “*Harvard Health Publications*”, disponível em:

<https://health.harvard.edu>



UNIDADE 4 AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

conseguiu erradicar a fome endêmica no país. No entanto, a insegurança alimentar permanece com disparidade entre negros, pardos, populações tradicionais, quilombolas e indígenas.

Além disso, pesquisas apontam que, para o combate à insegurança alimentar, o grau de escolaridade da população é um índice importante (BRASIL, 2015). É nesse sentido que as ações da direção no espaço escolar são de suma importância. Para se ter uma alimentação adequada e saudável, é necessário o acesso a informações que orientem sobre as escolhas de alimentos para compor uma alimentação nutricionalmente balanceada, saborosa, culturalmente apropriada e ambientalmente correta (BRASIL, 2014b).

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) indica que, para o bom funcionamento de nosso organismo, é preciso uma alimentação variada, que contenha diferentes grupos alimentares. O consumo variado de alimentos supre nosso organismo de diferentes nutrientes necessários para o

metabolismo, fornece energia, promove o crescimento e desenvolvimento de nosso corpo. Assim, além da informação não somente para alunos, mas para toda a comunidade escolar, o espaço escolar deve incentivar e disponibilizar o consumo de alimentos saudáveis.

A [Portaria Interministerial n.º 1.010](#), de 8 de maio de 2006, que institui as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de Educação Infantil, Fundamental e nível Médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional, enfatiza que está presente no padrão alimentar do brasileiro a predominância de uma alimentação densamente calórica, rica em açúcar e gordura animal, e reduzida em carboidratos complexos e fibras. Considera, também, um grande desafio incorporar o tema da alimentação e nutrição no contexto escolar, com ênfase na alimentação saudável e na promoção da saúde, e reconhece a escola como um espaço propício à formação de hábitos saudáveis, sugerindo, entre outras ações, o estímulo à produção de hortas escolares e a utilização dos alimentos produzidos na alimentação ofertada na escola.



Mas de quem é a responsabilidade pelas práticas de Educação Alimentar e Nutricional na escola? Como articular as ações?

Conforme a [Resolução/CD/FNDE n.º 26](#), de 17 de junho de 2013, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da Educação Básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), as

ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) são responsabilidade da escola, e a direção, como gestora desse espaço, é a principal responsável em incentivar o desenvolvimento dessas ações.

Nosso patrimônio alimentar é resultado da miscigenação de diferentes culturas, como os povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, faxinalenses, imigrantes portugueses, espanhóis, italianos, japoneses, entre outras. Trabalhar com as diversidades, sejam étnicas, sociais, raciais, religiosas ou culturais é um desafio que a escola hoje, precisa enfrentar (BARBOSA, 2009). ▶

Nesse sentido, a mesma resolução, em seu Art. 13, considera Educação Alimentar e Nutricional (EAN) o conjunto de ações formativas, de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional, que objetiva estimular a adoção voluntária de práticas e escolhas alimentares saudáveis que colaborem para a aprendizagem, o estado de saúde do escolar e a qualidade de vida do indivíduo.

Confira as ações propostas no Art. 1º da Resolução/CD/FNDE n.º 26, de 17 de junho de 2013:

- Promover a oferta de alimentação adequada e saudável na escola.
- Promover a formação de pessoas envolvidas direta ou indiretamente com a alimentação escolar.
- Dinamizar o currículo das escolas, tendo por eixo temático a alimentação e nutrição.
- Promover metodologias inovadoras para o trabalho pedagógico.
- Favorecer os hábitos alimentares regionais e culturais saudáveis.
- Estimular e promover a utilização de produtos orgânicos e/ou agroecológicos e da sociobiodiversidade.
- Estimular o desenvolvimento de tecnologias sociais, voltadas para o campo da alimentação escolar.
- Utilizar o alimento como ferramenta pedagógica nas atividades de EAN.

Na sequência, com base na Resolução/CD/FNDE n.º 26, de 17 de junho de 2013, indica-se algumas ações que devem ser realizadas na escola para o desenvolvimento desse trabalho. É importante destacar, conforme consta na resolução, que as ações de educação alimentar e nutricional deverão ser planejadas, executadas, avaliadas e documentadas, considerando a faixa etária, as etapas e as modalidades de ensino.



Sugestão de leitura!

Alimentos regionais brasileiros

Este livro pretende favorecer o conhecimento acerca das mais variadas espécies de frutas, hortaliças, leguminosas, tubérculos, cereais, ervas, entre outros existentes em nosso país, além de estimular o desenvolvimento e a troca de habilidades culinárias, resgatando e valorizando o ato de cozinhar e apreciar os alimentos, seus sabores, aromas e suas apresentações, tornando o ato de comer mais prazeroso. Disponível em:

http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/livro_alimentos_regionais_brasileiros.pdf



UNIDADE 4 AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

2 HORTA ESCOLAR E ESTÍMULO À FORMAÇÃO CONTINUADA



O projeto Educando com a Horta Escolar e a Gastronomia no Paraná, da Cane/Sude, tem por objetivo implementar a Educação Alimentar e Nutricional com práticas pedagógicas significativas; aprender sobre manuseio do solo, sustentabilidade dos recursos naturais e respeito ao meio ambiente; e incentivar a alimentação saudável. A meta é reduzir os índices de sobrepeso, obesidade, anemia e diabetes entre os alunos, por meio da mudança de hábitos alimentares.

Anotações

Conforme já apontado, é de suma importância que a direção, como gestora do espaço escolar, incentive e articule com sua comunidade escolar a promoção de ações para o desenvolvimento da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) não somente entre os alunos, mas também entre professores, funcionários e alunos. Essas ações precisam estar descritas no Projeto Político-Pedagógico da escola.

Para realizar esse trabalho, é necessário contar, especialmente, com o auxílio da equipe pedagógica e dos professores de Ciências, Geografia, Biologia, Química e Educação Física, a fim de promover a dinamização do currículo das escolas, estimulando o desenvolvimento do eixo temático Alimentação e Nutrição.

A direção deve, também, incentivar a inserção de metodologias inovadoras para o trabalho pedagógico com essa temática. Apesar de algumas disciplinas terem maior identidade com o tema, tem-se resultados excelentes de projetos de horta com professores de outras disciplinas, como, por exemplo: Matemática, utilizando a horta para ensinar figuras geométricas; Português, utilizando para “plantar” poemas através de placas em todos os canteiros, e assim por diante.

É possível, também, utilizar o alimento como ferramenta pedagógica nas atividades de Educação Alimentar e Nutricional (EAN). Nesse sentido, uma ação indicada para o trabalho com a EAN é a produção de hortas escolares orgânicas. (figura 1)

Figura 1 - Horta escolar orgânica



Fonte: <http://www.educacao.pr.gov.br>

“Enquanto isso, na escola...”

Situação:

No município de Mato Rico/PR, no C. E. Adélia Bianco Seguro, o retrato do local onde foi implantada a horta era um solo com muitas rochas, e pouco se esperava da germinação das sementes. Mesmo assim, a escola acreditou, e professores, alunos e funcionários se dedicaram aos objetivos do projeto, retirando as pedras, adubando o solo, construindo uma estufa. Atualmente, o retrato que se tem é de uma horta produzindo hortaliças de qualidade, com um trabalho pedagógico de resgate da importância da alimentação saudável.



Preparação dos canteiros e retirada das pedras do solo



Alunos e professores envolvidos no projeto da horta



Alunos colhendo verduras que plantaram



Horta escolar e suas hortaliças

Fonte: Colégio Estadual Adélia Bianco Seguro, localizada no município de Mato Rico/PR. Fotos: Stela de Oliveira – Cane/Seed-PR

Podemos dizer que o diretor está desenvolvendo ações de educação alimentar e nutricional no ambiente escolar? A escola produzindo hortaliças pode rejeitar os alimentos provenientes da Agricultura Familiar?

Reflexão:

A horta escolar tem a intenção de promover a educação nutricional através de ações pedagógicas e práticas, melhorando hábitos alimentares, incentivando, assim, a alimentação e resgatando culturas alimentares. Todas as hortaliças produzidas na horta orgânica escolar podem ser utilizadas na alimentação escolar, mas sem o objetivo de substituir os hortifrúti fornecidos pela Agricultura Familiar. O Projeto Educando com a Horta Escolar e a Gastronomia no Paraná - incentivador dessa ação - tem como um dos eixos promover hábitos alimentares saudáveis para o preparo de receitas, lembrando que os alunos não podem entrar na área de preparo e manipulação de alimentos. Uma solução é utilizar o refeitório para oficinas de gastronomia, aproveitando para orientar boas práticas de higiene de manipulação de alimentos, através do procedimento de lavagem de mãos e uso de touca na cabeça.

UNIDADE 4 AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL



Sugestão de leitura!

A gestão do Programa, em parceria com o Instituto Emater e a Pastoral da Criança, publicaram o livro “Alimentação Saudável e Sustentabilidade Ambiental nas Escolas do Paraná”, com a intenção de auxiliar o trabalho prático e pedagógico na horta escolar. Cada escola recebeu pelo menos um exemplar do livro.

<https://goo.gl/Z4K7Mu>



Cabe à direção incentivar as merendeiras a utilizarem os produtos plantados e colhidos pelos educandos na preparação do cardápio. Além da implantação da horta escolar orgânica e desse estímulo à inserção dos produtos da horta na alimentação escolar, é importante, também, promover a oferta de alimentação adequada e saudável na escola e favorecer os hábitos alimentares regionais e culturais saudáveis, não somente na cantina e no refeitório da alimentação escolar para os alunos, mas também entre os agentes educacionais, professores e pais. ◀

Ideias simples como promover o dia da fruta ou o dia de um tipo de culinária (vegetariana, italiana, mineira etc.) junto a alunos, professores e funcionários, por exemplo, podem contribuir nesse processo. Ao contar com a participação de toda a equipe nessa empreitada, certamente haverá sucesso nas ações propostas pela escola.

Figura 2 - Implantação de sistema sustentável (jardim e árvores)



Fonte: <http://www.educacao.pr.gov.br>



Como posso promover a formação dos profissionais que atuam direta ou indiretamente com a alimentação escolar?

Outra ação importante é a direção estimular a equipe que atua direta ou indiretamente com a alimentação - manipuladores de alimentos e equipe pedagógica e docente - a participar das formações continuadas ofertadas pelo FUNDEPAR em parceria com a Seed.

Outra possibilidade de capacitação é proporcionada por curso específico para as merendeiras, na modalidade EaD, voltado à Formação de Boas Práticas na Manipulação de Alimentos. Com relação a esse curso, as ações de incentivo englobam proporcionar o acesso dos manipuladores ao laboratório de informática para que possam realizar as atividades do curso em horário de trabalho. É necessário, também, auxiliar os manipuladores de alimentos caso haja dificuldade no acesso ou entendimento nas temáticas abordadas na Formação Continuada (que são as mesmas abordadas aqui neste curso para gestores nas unidades 2 e 3 desse módulo).

Para inscrição nesses cursos, a direção precisa ficar atenta aos prazos e procedimentos que serão informados via Núcleo Regional de Educação (NRE).

Através da formação da equipe e do trabalho ativo com a temática da Educação Alimentar e Nutricional (EAN), a direção desenvolverá autonomia junto a sua comunidade escolar no sentido de fazer escolhas alimentares promotoras de saúde, que respeitem o meio ambiente, através de alimentos orgânicos ou de cultivo convencional, baseado nas legislações vigentes para utilização correta de defensivos agrícolas. ▶

3 MONITORAMENTO NUTRICIONAL: AVALIAÇÃO ANTROPOMÉTRICA E AS NECESSIDADES ESPECIAIS DOS ALUNOS

O Paraná é pioneiro na implantação do monitoramento do estado nutricional dos escolares da rede pública estadual de ensino. Iniciado em 2010, seu objetivo consiste em obter subsídios para o planejamento das políticas na área de segurança alimentar e nutricional, especialmente na



Acesse:

O site do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) possui uma revista eletrônica sobre as temáticas de alimentação, que têm por objetivo estimular o desenvolvimento de tecnologias sociais voltadas para o campo da alimentação escolar. Acesse o site em:

<http://mdspravoce.mds.gov.br/seguranca-alimentar-e-nutricional/>



UNIDADE 4 AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL



O site do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) possui uma revista eletrônica sobre as temáticas de alimentação, que têm por objetivo estimular o desenvolvimento de tecnologias sociais voltadas para o campo da alimentação escolar.

Acesse:

<http://mds.gov.br/>



Anotações

alimentação escolar, e embasar a execução de ações de promoção de saúde, incentivo à alimentação saudável e controle de doenças crônicas não transmissíveis, tais como: obesidade, diabetes, hipertensão, câncer, entre outras.

O monitoramento nutricional inclui a verificação antropométrica (peso e altura), bem como o registro da incidência de alunos com diabetes mellitus, intolerância à lactose e doença celíaca.



Por que é importante que eu, diretor, mobilize os professores de Educação Física, secretário e pedagogos para realizar as ações de monitoramento nutricional da escola?

A gestão do Programa utiliza os resultados desse monitoramento a fim de fornecer subsídios para o planejamento e a execução de ações na área de alimentação escolar, tais como: a aquisição e distribuição de alimentos e o desenvolvimento de ações educativas - programas e projetos - voltadas à segurança alimentar e nutricional dos alunos.

Os resultados também podem ser utilizados pela escola como parâmetro para desenvolver ações de EAN, identificando por faixa etária, turmas e turnos que apresentam índices elevados de obesidade, sobrepeso, magreza. Enfim, é um importante indicador do estado nutricional dos alunos.

3.1 AVALIAÇÃO ANTROPOMÉTRICA: COLETAR DADOS PARA PROJETAR AÇÕES

No processo de avaliação antropométrica, o papel da direção é a de apoiar e incentivar a efetivação dessa ação junto aos professores da disciplina de Educação Física e o secretário escolar, responsáveis pela aferição e registro dos dados. Assim, no período em que a avaliação ocorrer, a direção precisa orientar o secretário escolar a emitir os formulários para anotação da verificação de peso, altura e incidência de alunos diabéticos, com intolerância à lactose e intolerantes ao glúten (doença celíaca) gerados pelo Sistema Estadual de Registro Escolar (Sere). Além disso, junto com a equipe pedagógica, deve-se orientar o professor de Educação Física a seguir os procedimentos apresentados no folder [Avaliação Antropométrica](#).

"Enquanto isso, na escola..."

Situação:

Em uma determinada escola, o diretor recebe a solicitação de avaliação nutricional do FUNDEPAR e pede para o secretário repassar as informações necessárias para o professor de Educação Física. O professor de Educação Física, ao receber a solicitação, negou-se a realizar a avaliação em seus alunos, justificando que, com a redução da carga horária da disciplina, não haveria tempo suficiente para desenvolver os conteúdos específicos da disciplina ministrada. Com essa atitude, evidenciou-se que ele não percebia a importância deste levantamento. O secretário, por sua vez, também não soube lhe explicar.

Podemos dizer que este diretor evidenciou a importância da realização do monitoramento nutricional anual proposto pelo FUNDEPAR? Será que este diretor conhece os objetivos do monitoramento ou apenas entende que é mais uma demanda a ser desenvolvida? Os alunos que não apresentam o padrão de normalidade e que precisam de orientações e prevenção da obesidade infantojuvenil ou magreza não estão sendo prejudicados?

Reflexão:

A escola é um espaço de direito e de possibilidades de promoção à saúde. Muitos educandos não recebem a atenção primária à saúde - responsabilidade da família. Desta forma, o Programa Saúde na Escola (MEC/MS) utiliza os dados antropométricos para realizar a promoção da atenção primária à saúde no que diz respeito às doenças crônicas, não transmissíveis, entre outras. Os dados do monitoramento nutricional são utilizados, pela Coordenação de Alimentação e Nutrição Escolar (Cane), para realizar ações de educação alimentar e nutricional e a inserção das necessidades alimentares especiais que auxiliará na distribuição dos alimentos específicos para cada uma das Necessidades Alimentares Especiais (NAE), de acordo com o cumprimento da Lei n.º 12.982, de 28 de maio de 2014. Em situações como a descrita anteriormente, espera-se que o diretor realize ações de educação alimentar e nutricional, pois a alimentação e a prática de esportes constituem requisitos básicos para a promoção da saúde, possibilitando o crescimento e desenvolvimento humano com qualidade de vida, auxiliando na prevenção e redução do excesso de peso e de doenças crônicas não transmissíveis.



UNIDADE 4 AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Para esse processo, cabe à direção, com o professor de Educação Física, verificar as condições dos equipamentos: estadiômetros e balança para a avaliação. Também é importante constatar as necessidades alimentares dos alunos. Além disso, a direção, junto da equipe pedagógica e dos professores, deve incentivar os alunos a participarem da avaliação, pois é sabido que questões estéticas propiciam a recusa da participação, principalmente por alunos do Ensino Médio.

Após a coleta dos dados, estes devem ser registrados pelo secretário escolar no Sistema Estadual de Registro Escola (Sere), o qual já possui os dados básicos de cada aluno (nome, nascimento, sexo, número de registro, escola onde estuda e município). Nesse sistema, foi desenvolvido um módulo denominado “Consulta nutricional”, onde os dados de peso e altura de cada aluno são registrados, bem

como a existência de alunos com Necessidades Alimentares Especiais (NAE), os quais possuem intolerância à lactose, doença celíaca e diabetes.

Figura 3 - Registro de dados nutricionais do aluno no Sere

Peso (kg)	Altura (m)	Diabetes	Doença Celíaca	Intolerância à lactose
040.8	1.53	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
041.3	1.51	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

A partir de 2015, o Sere também converte os dados de peso e altura em IMC, classificando em obesidade, sobrepeso, normalidade e magreza. Isso permite a emissão de relatórios para que cada escola utilize estes dados no planejamento de projetos de promoção da saúde na própria escola.



Como posso utilizar os dados coletados nas ações pedagógicas da escola em que sou gestor?

A direção precisa promover, com a equipe pedagógica, uma análise dos resultados junto aos professores, alunos, pais e funcionários, a fim de que, em conjunto, a comunidade escolar planeje e coloque em prática ações de promoção a alimentação saudável, com vista à correção da situação apresentada.

Cabe salientar que o registro dessas informações no Sere é importante, pois a gestão do Programa utiliza os resultados para

o planejamento e a execução da distribuição dos alimentos na escola, de acordo com as necessidades apresentadas. Além disso, os dados são valiosos no sentido de planejar ações para combater problemas identificados.

Para melhor entender como isso ocorre, a seguir (Tabela 1) são apresentados os resultados das avaliações ocorridas no período de 2011 a 2015.

Tabela 1 – Monitoramento Nutricional dos escolares da rede estadual de ensino

	TOTAL AVALIADO	NORMAL (%)	SOBREPESO (%)	OBESIDADE (%)	OBESIDADE GRAVE (%)	MAGREZA (%)	MAGREZA ACENTUADA (%)
2010	511.048	66,81	16,90	7,61	1,10	2,10	0,3
2011	635.517	68,93	17,29	7,64	1,14	2,17	0,36
2012	773.100	68,41	17,63	7,71	1,19	2,08	0,34
2013	889.248	68,03	17,74	7,66	1,21	1,94	0,30
2014	741.491	65,31	17,39	7,60	1,24	1,93	0,232
2015	828.957	68,55	18,91	8,55	1,41	2,06	0,34

Fonte: BI – Business Intelligence

* Dados analisados através de percentual.

Analisando os dados, observa-se que os índices de sobrepeso e de obesidade entre os alunos da rede pública estadual vêm crescendo a cada ano, pois os índices somados variam de 24,9% (em 2010) a 27% (em 2015). Preocupados com esse índice, a gestão do Programa vem promovendo ações conjuntas com os programas **Saúde na Escola** e **Paraná Saudável**.

3.2 NECESSIDADES ALIMENTARES ESPECIAIS (NAE) DOS ALUNOS

No tópico anterior, observou-se que um dos dados registrados no Sere é sobre as Necessidades Alimentares Especiais (NAE). Esse registro garantirá o fornecimento de alimentação especial/diferenciada para os alunos.

As NAE são caracterizadas pela necessidade de restrição de determinados alimentos que contenham ingredientes que causam alergia ou intolerância, ou que não são bem metabolizados pelo organismo. Como exemplo se pode citar a intolerância ao glúten (doença celíaca), a intolerância à lactose e o diabetes mellitus. ▶

O Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) tem como um dos objetivos garantir a alimentação saudável e adequada às necessidades dos alunos, corroborando com a [Lei n.º 12.982](#), de 28 de



O Programa Saúde na Escola (PSE) visa a contribuir para o desenvolvimento integral dos estudantes de 6º a 9º anos, incluindo, assim, a questão da saúde dos adolescentes, a prática de atividades físicas, os cuidados com a alimentação e nutrição, entre outros.

O programa Paraná Saudável: Prevenção e Controle da Obesidade Infantojuvenil reúne ações de prevenção à obesidade infantojuvenil e ao controle de peso corporal em jovens escolares com sobrepeso e obesidade. O público-alvo são alunos das escolas da rede de ensino pública municipal e estadual. Por extensão, envolverá as famílias dos jovens escolares.

UNIDADE 4

AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL



Doença Celíaca

Os portadores da doença celíaca são intolerantes ao glúten, uma proteína encontrada em certos alimentos como trigo, aveia, centeio e seus derivados, como massas, pizzas, bolos, pães, biscoitos e alguns doces. Dificulta as funções do organismo de absorver os nutrientes dos alimentos, vitaminas, sais minerais e água (BRASIL, 2014).

Segundo o Manual de orientação sobre a alimentação escolar para pessoas com diabetes, hipertensão, doença celíaca, fenilcetonúria e intolerância à lactose (2012), é preciso ter muito cuidado em todas as etapas do processo de preparação de alimentos para os celíacos, desde a compra dos ingredientes até o seu armazenamento, conservação, preparo e distribuição.

Um grande desafio ao trabalhar em locais onde há presença de indivíduos com e sem doença celíaca é a contaminação dos alimentos e/ou preparações que não contêm glúten com aqueles que contêm.

maio de 2014, a qual determina que os alunos com NAE devem receber cardápio especial com base em recomendações médicas e nutricionais, elaborado por um nutricionista.

É necessário solicitar, no ato da matrícula, que os pais ou responsáveis indiquem se o educando possui NAE e realize a comprovação através de laudos/atestados médicos. No caso da avaliação antropométrica, os dados sobre NAE só poderão ser inseridos no sistema Sere (aba monitoramento nutricional) com esta comprovação. Esses dados são muito importantes para o planejamento de aquisição dos alimentos para os educandos que possuem NAE. Cabe destacar que para estes casos, a equipe de nutricionistas encaminha orientações para a direção e os manipuladores de como proceder a preparação e o servimento dos gêneros alimentícios para os estudantes com NAE.

A direção deve estimular as merendeiras a conhecer o livro [Sabores e Saberes das Escolas Paranaenses](#). Nele há informações de fácil entendimento e úteis aos manipuladores de sua escola para o preparo das refeições, garantindo boas práticas no preparo, bem como o conhecimento sobre as restrições alimentares dos NAE (diabéticos, intolerantes à lactose e celíacos) e informações nutricionais por porções a serem servidas. As receitas são de merendeiras da rede e, comprovadamente, têm satisfatória aceitação pelos educandos. ◀

4 CANTINAS COMERCIAIS

A cantina comercial, assim como a alimentação escolar, faz parte da alimentação do estudante. Desse modo, é importante observar as normas nacionais e estaduais para selecionar alimentos que serão comercializados na cantina comercial da sua escola.

A [Lei n.º 14.855](#), de 19 de Outubro de 2005, que dispõe sobre padrões técnicos de qualidade nutricional a serem seguidos pelas cantinas comerciais instaladas nas escolas de ensinos Fundamental e Médio, comenta em seu Art. 2º que é vedada a comercialização de alimentos e bebidas de alto teor de gordura e açúcares, ou contendo em suas composições substâncias químicas sintéticas ou naturais, que possam ser inconvenientes à boa saúde, segundo critérios técnicos. Ela também apresenta alguns alimentos que contêm substâncias que são proibidos na cantina escolar, como:

- balas, pirulitos e gomas de mascar;
- chocolates, doces à base de goma, caramelos;

- refrigerantes, sucos artificiais, refrescos a base de pó industrializado;
- salgadinhos industrializados, biscoitos recheados;
- salgados e doces fritos;
- pipocas industrializadas.

A direção deve orientar a pessoa responsável pelas aquisições a conferir na tabela nutricional, ou nos ingredientes apresentados na embalagem dos alimentos, se os produtos a serem comercializados ultrapassam as seguintes exigências:

- Alimentos com mais de 3g (três gramas) de gordura em 100 kcal (cem quilocalorias) do produto.
- Alimentos com mais de 160 mg (cento e sessenta miligramas) de sódio e 100 kcal (cem quilocalorias) do produto.
- Alimentos que contenham corantes e antioxidantes artificiais.
- Alimentos sem a indicação de origem, composição nutricional e prazo de validade.

Se ultrapassarem os limites máximos ou contenham os ingredientes listados anteriormente, o alimento não poderá ser comercializado na cantina escolar.

No âmbito das escolas estaduais do Paraná, atualmente 23,80% das escolas dispõem de cantina comercial. As cantinas comerciais não podem competir com a alimentação escolar, pois a oferta da mesma é tão diversificada que supre a necessidade alimentar no período de permanência na escola. Além disso, não é autorizada a utilização de insumos do PEAÉ pelas cantinas comerciais, tais como utensílios, alimentos e materiais e equipamentos.

O funcionário da escola que faz parte da APMF poderá prestar serviço na cantina comercial fora do seu horário de expediente.



Conheça na íntegra outras legislações que normatizam o funcionamento das cantinas comerciais:

- [Lei n.º 10.054](#), de 16 de julho de 1992. Dispõe sobre o funcionamento de cantinas comerciais nas escolas de 1º e 2º graus da rede oficial de ensino.
- [Lei n.º 14.423](#), de 02 de junho de 2004. Dispõe que os serviços de lanches nas unidades educacionais públicas e privadas que atendam a Educação Básica, localizadas no Estado, deverão obedecer a padrões de qualidade nutricional e de vida, indispensáveis à saúde dos alunos.
- [Lei n.º 14.855](#), de 19 de outubro de 2005. Dispõe sobre padrões técnicos de qualidade nutricional a serem seguidos pelas lanchonetes e similares, instaladas nas escolas de ensinos Fundamental e Médio, particulares e da rede pública.
- [Resolução n.º 2969](#), de 10 de setembro de 1992. Regulamento de cantinas comerciais dos estabelecimentos de ensino da rede estadual de ensino no estado do Paraná.

UNIDADE 4 AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL



Como posso implantar uma cantina comercial na escola?

Como devo fiscalizar os produtos e documentos?

Caso sua escola não possua cantina comercial, vale lembrar que ela só poderá funcionar mediante alvará sanitário, expedido pela Vigilância Sanitária e com a autorização do Núcleo Regional de Educação.

E se houver a cantina comercial, lembre-se de verificar se a documentação necessária está dentro do prazo de validade, bem como se os produtos comercializados atendem às exigências apresentadas na legislação em vigor.

5 SÍNTESE DA UNIDADE

- **Alimentação adequada e a Educação Alimentar e Nutricional na escola:** a educação alimentar nutricional e a alimentação adequada é um desafio diante de altos índices de sobrepeso e obesidade entre crianças e adolescentes. Nesse sentido, a escola é um espaço propício à formação de hábitos saudáveis.

- **Horta escolar e estímulo à formação continuada:** entre outras ações que cabe à direção, apresenta-se o estímulo à produção de hortas escolares e a utilização dos alimentos produzidos na alimentação ofertada na escola, não somente na alimentação dos alunos, mas também nas atividades pedagógicas desenvolvidas; e o incentivo de sua equipe para participação de formações continuadas.

- **Monitoramento Nutricional:**

- **Avaliação antropométrica:** é fundamental apoiar e incentivar a efetivação dessa ação junto aos professores de Educação Física e secretário escolar, responsáveis pela aferição e registro dos dados.

- **Necessidades alimentares especiais dos alunos:** os dados sobre NAE só poderão ser inseridos no sistema Sere (aba “monitoramento nutricional”) com a comprovação através de laudo e/ou atestado médico. Esses dados são muito importantes para o planejamento de aquisição dos alimentos para os educandos que possuem NAE. Além disso, é necessário orientar as merendeiras para o preparo e servimento dos alimentos específicos para os educandos com NAE.

- **Cantinas comerciais:** é importante que a direção observe as normas nacionais e estaduais para aquisição dos alimentos que serão comercializados na cantina comercial na sua escola. Também deve orientar a pessoa responsável pelas aquisições a conferir na tabela nutricional dos ingredientes, apresentados na embalagem dos alimentos, se os produtos a serem comercializados se adequam às exigências legais. Seguindo essas exigências, será assegurada a saúde dos consumidores, de modo a prevenir a obesidade, o diabetes, a hipertensão, os problemas do aparelho digestivo e outros.

6 REFERÊNCIAS CONSULTADAS

ANVISA. **Alimentação Saudável: Fique Esperto.** Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/propaganda/alimento_saudavel_gprop_web.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2015.

ANVISA. **Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos.** Brasília, 2012.

BARBOSA, N. V. S. **Alimentação e Nutrição: Caminhos para uma vida.** Caderno 3. 3. ed. Brasília, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Caderno de Orientações: Comida de verdade no campo e na cidade.** 5.ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/participacao/images/5cnsan%20manual%20de%20orientaes.pdf>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade: Recomendações para Estados e Municípios.** Brasília, 2014c. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/estrategiaobesidade.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2016.

BRASIL. **Entenda a Doença Celíaca, que causa intolerância ao glúten.** Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/saude/2014/09/saiba-quais-os-sintomas-da-intolerancia-ao-gluten/pao_scorpp.jpg/view>. Acesso em: 27 jan. 2016.

BRASIL. Lei n.º 12.982, de 28 de maio de 2014. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar. **Diário Oficial da União**, Brasília, 28 mai. 2014a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112982.htm>. Acesso em: 4 jan. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portal da Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Promoção da Saúde e da Alimentação Adequada e Saudável.** Disponível em: <dab.saude.gov.br/portaldab/ape_promocao_da_saude.php?>. Acesso em: 29 jan. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção

à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Alimentos Regionais Brasileiros.** 2. ed. Brasília, 2015. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/livro_alimentos_regionais_brasileiros.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira.** 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Portaria Interministerial n.º 1.010, de 8 de maio de 2006. Institui as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 8 mai. 2006.

BRASIL. Resolução CD/FNDE n.º 26, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. **Diário Oficial da União**, Brasília, 17 jun. 2013.

FAO. **The State of Food Insecurity in the World.** 2015. Disponível em: <<http://www.fao.org/hunger/key-messages/en/>>. Acesso em: 19 set. 2015.

GUEDES, D. P. **Programa Paraná Saudável: Política Estadual de Combate a Obesidade.** Congresso de Paranaense de Terapia Nutricional - oral, enteral e parenteral. Associação médica do Paraná. Anais, Curitiba, 2015.

LEÃO, Marília. **O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.** Brasília: ABRANDH, 2013.

PARANÁ. Lei n.º 10.054, de 16 de Julho de 1992. Dispõe sobre o funcionamento de cantinas comerciais nas escolas de 1º e 2º grau da rede oficial de ensino. **Diário Oficial n. 3.807**, Curitiba, 17 jul. 1992.

PARANÁ. Lei n.º 14.423, de 02 de junho de 2004. Dispõe que os serviços de lanches nas unidades educacionais públicas e privadas que atendam a educação básica, localizadas no Estado, deverão obedecer a padrões de qualidade nutricional e de vida, indispensáveis à saúde dos alunos. **Diário Oficial n. 6.743**, Curitiba, 03 jun. 2004.

UNIDADE 4 AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

PARANÁ. Lei n.º 14.855, de 19 de outubro de 2005. Dispõe sobre padrões técnicos de qualidade nutricional, a serem seguidos pelas lanchonetes e similares, instaladas nas escolas de ensino fundamental e médio, particulares e da rede pública. **Diário Oficial n. 7.085**, Curitiba, 20 out. 2005.

PARANÁ. Resolução n.º 2.969, de 10 de setembro de 1992. Regulamento das cantinas comerciais dos estabelecimentos de ensino fundamental e médio do estado do Paraná – aprovado pela Resolução n.º 2.969/92, de 10 de setembro de 1992, da Secretaria de Estado da Educação. **Diário Oficial**, Curitiba, 10 set. 1992.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Portal Dia a Dia Educação. **Educando com a Horta chega a mais 56 escolas neste ano**. 22 ago. 2013. Disponível em: <www.educacao.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=4664>. Acesso em: 28 jan. 2016.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo. **Prevenção e controle da obesidade infantil-juvenil**. Disponível em: <<http://www.esporte.pr.gov.br/arquivos/File/paranasaudavel.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2015.

PORTAL SAÚDE - SUS. **Doenças Crônicas**. 14 dez. 2015.

VASCONCELOS, F. A. G. *et al.* (Orgs.) **Manual de orientação sobre a alimentação escolar para portadores de diabetes, hipertensão, doença celíaca, fenilcetonúria e intolerância a lactose**. 2. ed. Brasília: PNAE, 2012.



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO



**GESTÃO
EM FOCO**